

# CRÍTICA MATERIALISTA E METAFÍSICA SOCIAL SOB AS DETERMINAÇÕES DO CAPITAL.\*

Anselmo Alfredo<sup>1</sup>

O idioma alemão conservou a essência (Wesen) no tempo passado (gewesen) do verbo ser (sein); de fato, a essência é o ser passado, mas o passado intemporal.

Hegel, *Ciência da Lógica*

Esses dois momentos [queda da taxa de lucro e crescimento do capital], compreendidos no processo de acumulação, não devem ser, porém, examinados na calma justaposição em que Ricardo os considera; eles implicam uma contradição que se anuncia em tendências e fenômenos contraditórios. Os agentes antagônicos atuam simultaneamente uns contra os outros.

Marx, *O Capital*

## INTRODUÇÃO

A relação entre Marx e a crítica à sociedade moderna certamente pressupõe o real enquanto forma do moderno, em sua atualidade enquanto capital. Estaríamos sob o preceito de que o reconhecimento do capital enquanto real, em sua contradição com o irreal, como o externo e o exotérico ao capital, seria inexoravelmente forma moderna, tanto social, como de consciência. Na negação desta exterioridade, Marx, em sua crítica ao capital, estabeleceu a relação entre o real e a religião como forma de consciência necessária, onde o dinheiro apareceria como o deus universal social..., o equivalente geral.

A efetividade do real, assim, somente seria realmente efetiva, na medida em que uma forma de consciência própria e necessária se fizesse como determinação do objeto, isto é, do capital enquanto forma social. Nesta medida, em se falando de “real” e de “realidade”, isto seria expressão de determinações sociais da modernização.

A atualidade da crítica marxiana é, deste ponto de vista, objetiva e independe de uma decisão partidária de método, a menos que desconsideremos a própria noção de real.

---

\* Texto apresentado no seminário *Crise do Trabalho e Fetichismo do Capital. Determinações da Reprodução Contemporânea...*, na mesa redonda “Negatividade categorial, fetichismo e a crítica à modernização crítica”, coordenada pela Profa. Amélia Luisa Damiani, além do Prof. José Arthur Giannotti e Prof. Carlos de Almeida Toledo, no dia 27 de agosto de 2015, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

<sup>1</sup> Professor doutor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A crítica de Marx, portanto, se faria no invólucro da formação do trabalho, como crítica à ela, mas, ao mesmo tempo, ela seria resultado e forma do próprio trabalho. A negatividade da crítica de Marx teria de envolver uma negação da própria crítica, já que o fundamento desta é o real que se critica. Assim, a crítica em sua autocrítica, teria de reconhecer a superação do real sem que isso fosse uma manutenção da crítica. A autocrítica (negativa), assim, seria uma superação do método da crítica, porque conservar a crítica seria o mesmo que uma conservação do real criticado. A finitude da dialética de Marx, entretanto, não é estritamente histórica, mas lógica, no sentido de sua superação e de seus limites.

A não conciliação entre teoria e prática seria uma expressão significativa da necessidade de se superar a própria crítica, na medida em que estar nela inclui o fetichismo não desvelado que fundamenta a necessidade da crítica.

A contradição entre teoria e prática, no que diz respeito ao percurso tanto em vida quanto em obra de Marx, também de Lenin<sup>2</sup> e outros, foram desencontros entre a teoria marxista, o seu preceito de história e a práxis a que isto expressaria sobremaneira o sentido de uma história socialista, ou do socialismo real.

O caso então, seria o de não se ter superado o universo da crítica, como condição de sua própria história futura, como superação do mundo ocidental.

A unidade pelo terror tanto do socialismo, quanto do capitalismo (cujas personificações são Hitler e Stalin) talvez se dê, pela vertente não marxista, com o fetichismo naturalizante do capitalismo monopolista germânico, mais para o naturalismo de Oswald Spengler.

Contudo, personificado este processo no judeu e no kulac, respectivamente, do ponto de vista de formas sociais, a igualdade entre ambos sistemas sociais é a naturalização social do capital seja no judeu, seja no kulac, porque este é o que consegue assalariar alguns em épocas de maior necessidade de mão de obra<sup>3</sup>. Não seria o caso de se fazer aqui esta revisão, mas de localizar a crítica como o limite de si mesma e, assim, como categoria inserida no âmbito da reprodução social. Os sentidos de superação e de

---

<sup>2</sup> A respeito de Lenin considerar Lukács, György, *Lenin*. Um Estudo sobre a unidade de seu pensamento... e, Lefebvre, Henri. O pensamento de Lenin.... Ainda, pode consultar de Giannotti, seu estudo sobre a vida e obra de Marx.

<sup>3</sup> Lenin. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia

revolucionário trariam, entretanto, a necessidade de se distinguir as contradições entre determinações materiais, históricas e lógicas do capital.

### NEGATIVIDADE MATERIALISTA, SUA CRISE E CRÍTICA

Se a identidade do histórico na crítica de *O Capital*, de Marx, é a sua contradição lógica (mais adiante), a fundamentação materialista da crítica repõe os termos sociais que o histórico já detém, mas numa contradição entre matéria e metafísica.

Isto é, o social, o material, é necessariamente forma negativa de toda natureza. Aquilo que Marx, portanto, expressa em *O Capital*, como a forma “puramente social” (MARX, L.I, v. 1, 60) só faria sentido se essa pureza fosse uma relação necessária, ou seja, o social é necessariamente uma negação do natural e da natureza. Seja da natureza natural, seja da natureza newtoniana de um tempo histórico inexorável, do qual o socialismo não teria superado, como rapidamente apontamos.

A natureza, enfim, nos termos de uma dialética aqui ortodoxa à Hegel de *Ciência da Lógica*, ou mesmo da *Fenomenologia do Espírito*, se constituiria não como o inexistente. Longe disso, se trataria de forma de consciência necessária de ser superada, pois que ela é a identidade do positivo insubsistente, em relação à lógica dialética que o nega.

O contraponto positivo exponencial a esta crítica seria *A Ontologia do Ser Social*, de Lukacs, onde se parte da natureza como **existente em si, ontológica**. O que teríamos, como aproximação da constelação lógica da crítica dialética, neste breve resgate aqui, é a relação negativa e inevitável entre a crítica ontológica e/ou a crítica à ontologia, como formas insuperáveis da crítica materialista.

As formas modernas auto denominadas de crítica (Kant, Hegel e Marx), estão sob o prisma de se considerarem como tais, desde que se detenha a necessidade de se resgatar a metafísica da lata de lixo da filosofia. Para Marx, assim, o problema ficou como o da relação de uma crítica materialista (social) que só na contradição com o metafísico poderia ser uma crítica materialista.

Assim, a metafísica, identidade do social, na contradição ao natural e à natureza, leva aos termos de uma crítica interna, no sentido de que nada que se constitua os seus termos detém uma exterioridade a si mesma, isto é, trata-se de uma determinação

“puramente social”. Os termos da composição interna e substancial do valor não devêm, a não ser negativamente, de nenhuma determinação natural para a sua efetividade lógica.

A matemática do capital, assim, não se faria como um princípio matemático da natureza (ainda que se tratem de números naturais), mas de forma “puramente social”. Para tal aproximação, caberia lembrar que a forma mercadoria, em seu lado material de valor de uso é forma de consciência fetichista do valor.

A forma equivalente é expressão física de algo que depende de processos estritamente sociais, isto é, do tempo de trabalho como metafísica, redundantemente, social. Logicamente: trata-se da gênese do dinheiro.

A história, enquanto trabalho, estaria no invólucro do “puramente social”. Assim, a impressão sensível se colocaria como momento fetichista da consciência necessária à efetividade metafísica social capital.

A forma equivalente, entretanto, é o preceito da gênese lógica do dinheiro, mas como fetichismo de valor, naturalização do valor. O dinheiro, seria a forma universal e simultânea para Marx. No sentido da simultaneidade das equações de troca que poderiam ser expressas numa única unidade monetária, proporcionalmente falando. O dinheiro como idealização da matéria<sup>4</sup> só é a universalização da troca, na medida em que o material, e não somente o ideal, é uma idealidade. Contudo, o dinheiro como forma do valor em sua forma preço, se faz como a consciência natural fetichista universal do valor, como valorização.

O dinheiro guarda em si a operacionalidade social do valor, como se fosse de sua natureza ter valor. A consciência monetária e religiosa de que o valor está na natureza do equivalente geral (o dinheiro) é a universalização do fetichismo como a forma de consciência constitutiva ideal de materialidade, de objeto, de mercadoria e tantas outras formas, portanto, *fisiocráticas* de consciência científica - já que a verdade seria o problema de todo embate científico – ou práticas - já que o sentido revolucionário de tempo, inexoravelmente dado é, assim, uma ontologia da história revolucionária, e se associou à fisicalidade econômica do tempo material, histórico e revolucionário...

A natureza aqui se expõe como a negatividade necessária do social que, assim, é contradição entre sociedade e natureza, isto é, forma relativa (tempo de trabalho) e forma

---

<sup>4</sup> Ruy Fausto já observara isso em *Dialética Marxista, Dialética Hegeliana...*

equivalente (expressão natural do valor). Esta, aliás, posta como objeto, produto, resultado do processo produtivo, é forma de consciência necessária da mercadoria. Tomar um pelo outro, isto é, a mercadoria pelo objeto, é sua forma enquanto totalidade, já que a mercadoria o é, se e somente se for a produção de fetichismo.

O objeto, como valor de uso dado pela natureza de sua matéria, é forma de consciência necessária do valor. Nesta forma de negação do natural, do físico, o metafísico seria identidade interna que movesse o seu próprio sentido de história. Todo o tempo teria de ser tempo de trabalho, esta a sua contradição interna.

O tempo de trabalho, como forma social, está, como valor, independente de sua materialidade, seja física, seja matemática numérica. Ainda que uma mercadoria estocada tenha de tempo de trabalho 1000 horas..., com uma mudança no desenvolvimento das forças produtivas da sociedade em dobro, isto é, produzindo as mesmas mercadorias com metade do tempo de trabalho..., as mesmas mil horas terão o valor somente de quinhentas. Ainda que materialmente não tenham saído do lugar como estoque de 1000 horas de trabalho.

Isto porque o tempo de trabalho, o valor, é uma determinação social e não está na natureza, na materialidade das coisas. Esta última, enfim, seria o plano natural e físico como forma de consciência social determinada, portanto, pela metafísica tempo de trabalho em que o dinheiro seria a sua forma mais universal como natureza de valor. Seria a fisiocracia como forma de consciência natural do capital.

A negatividade desta natureza matemática incorpora – dentro do materialismo histórico e dialético - o conceito de capital como acumulação positiva de mercadorias, puramente identificado com acumulação de valor. Contudo, isso implicaria numa somatória cuja resultante seria o seu sinal de menos (-), uma subtração. O crescimento da acumulação é simultaneamente a redução de sua produção de valor e, assim, a crise se põe como forma identitária da própria acumulação em sua simultaneidade auto revolucionária.

O sentido de matéria, como momento da crítica dialética, seria este sentido negativo de si mesmo, enquanto metafísica social, como tempo social médio de trabalho, em que o estritamente necessário seria a “ilusão necessária” como forma da efetividade social.

Neste universo lógico, as determinações da acumulação e sua crise identitária são estritamente sociais, internas ao valor. Capital constante, variável, lucro, mais valia, etc.

determinam entre si as formas do conceito, e enquanto conceito, a acumulação. A diferença nesta crítica de Marx, aos termos de uma crítica materialista de seus manuscritos (aqui refiro-me mais diretamente aos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*) seria a negação das determinações sensíveis da materialidade de Feuerbach, como a forma de consciência a ser superada.<sup>5</sup>

A materialidade, entretanto, da crítica materialista de *O Capital*, daria esta contradição identitária entre matéria/físico e metafísica, mas que, tal como desenvolvimento das forças produtivas, dada a forma cega da medida, levaria à passagem do fetichismo da mercadoria para o fetichismo do capital.

Do ponto de vista da sua determinação dialética, na trindade com lógica e história, a negatividade metafísica, isto é, “puramente social”, se faria na contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção. Num elo mais sintético, entre trabalho necessário e mais trabalho e o auto revolucionamento do próprio capital.

O processo de acumulação de capital, entretanto, visto em sua forma ontológica de pura acumulação se constituiria na forma positiva a ser negada pela crise, forma simultânea da acumulação. Neste sentido, uma crítica social, sem a sua aproximação para com a crise, seria uma contradição nos termos.

O desenvolvimento das forças produtivas teria de constituir esta passagem do fetichismo do conceito de capital ao fetichismo como a forma conceitual da ontologia do ser social ou, na contradição com Hegel, já observada por Giannotti (*Certa Herança Marxista*), do capital como forma negativa de uma fenomenologia do espírito social, cuja mediação e resultado é o fetiche de acumulação.

Nesta contradição, a expansão do capital é logicamente determinada por sua crise, na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas produz mais com menos trabalho. A expansão material do trabalho, como meros resultados do processo produtivo, só seria possível com uma redução inversamente proporcional da produção de valor. Assim, a expansão dos investimentos do capital cada vez mais seria em infraestruturas, do que na exploração propriamente para a produção de mais-valia. Ao contrário, já se tratam de capitais ociosos, cuja ociosidade investe na expectativa de trabalho futuro (uma ilusão temporal), enquanto infraestrutura.

---

<sup>5</sup> Para esta aproximação da dialética do Jovem Marx e suas relações com o materialismo de Feuerbach é oportuno consultar *As origens da dialética do trabalho*, de José Arthur Giannotti, Althusser *Ler Marx*.

Mas isso enquanto presentemente trata-se de uma expansão na forma de mundos e “cidades cogumelos” (fifas, jogos olímpicos, por exemplo) que, na medida do capital produtivo, na crise do café, já eram assim consideradas por Pierre Monbeig. As “sementeiras de cidades” eram a forma do mercado imobiliário que fundavam cidades nascendo do dia para a noite como mercado de terra agrícola, no universo da industrialização mundial e problematizada como nacional ou não.

De qualquer modo, o desenvolvimento das forças produtivas estão na contradição entre trabalho produtivo e tempo disponível, no sentido do “*disposable time*”, de Marx, nos *Grundrisse*, isto é, capital que não tem trabalho a explorar e, assim, é ocioso.

Diante do capitalismo concorrencial, a inexorabilidade de sua forma como “grande indústria” só o seria desde que “a produção da mais valia” estivesse desconsiderada como condição e resultado do processo de produção.

A “grande indústria”, assim considerada historicamente, se faria como a consciência de uma industrialização nacional, do ponto de vista da periferia do capitalismo que, por isso mesmo, é a simultaneidade histórica da crise como forma da acumulação e, assim, como não-industrialização.

Nos termos, se quiséssemos, entre centro e periferia, esta última, a periferia, é crise como simultaneidade histórica e lógica da acumulação mundial, fetichizada em capital ou revolução nacional. A industrialização, vista aqui por Pierre Monbeig, é uma forma, digamos, a mais, da crise periférica, como crise do café. Daí os sentidos negativos da industrialização nacional como forma de uma industrialização que é mundial, determinada tanto pelos termos de uma indústria europeia como pela negação disso enquanto periferia agrícola. Ambas se universalizam na renda da terra, que é mundial e, assim, na formação de um preço médio mundial dado pela sua forma de “renda absoluta” (MARX, L. III. v. 5). Esta, assim, une, por um tempo médio social que só é se for a produção industrial e agrícola como ramos de uma unidade universal, o capital. Assim, a ausência de uma industrialização na periferia se faz como forma da industrialização mundial, unida por esta medida social do valor. A crítica periférica, não poderia se circunscrever a uma crítica à periferia. Seria o caso de se constituir uma crítica da periferia

como forma da crítica do capital enquanto forma social, mundial. Não como um capitalismo errôneo, ou *ornitorrinco*<sup>6</sup>.

Mesmo historicamente falando, a acumulação é uma contraditória simultaneidade com sua crise. Em última instância, a ociosidade do capital enquanto “grande indústria” se colocava como desenvolvimento infra estrutural de forças produtivas em que o capital, como não trabalho, é a sua ilusão futura, seja nacional, seja mundial. Nesta simultaneidade, o nacional periférico teria de aparecer como capital futuro, ilusão de acumulação. Mas isto só se colocando negativamente à acumulação... isto é, como crise, é que se poderia ter o capital nacional como o fetichismo nacional.

Do ponto de vista da grande indústria (a que o parágrafo acima está inserido enquanto simultaneidade histórica) o que Marx tensiona é o “periclitar” do tempo de trabalho individual enquanto capital social. A ociosidade do capital, como desvalorização do capital, são os projetos infraestruturais – ferrovias e rodovias – que se fazem já como promessa de capital, pois o seu volume monetário acumulado nega proporcionalmente e, também absolutamente, a produção de valor. Só nessa relação pode acumular, e não absolutamente.

Os investimentos em ferrovias (Marx, 1988, L. III, v. 5, p. 88) com retornos em décadas, nada mais são do que comprometimento de trabalho futuro, pois só compensa ser explorado num nível de produtividade ainda não atingido que, quando sim, não remuneraria os investimentos para sua exploração, dada a dispensabilidade de capital variável diante do crescimento do constante que estes investimentos já significam.

Nesta medida, o capital em seu conceito, como considera Marx (*Grundrisse*), seria mero desenvolvimento das forças produtivas, como condição e resultado de seu próprio processo. Assim, estar em seu conceito, como “grande indústria” seria a dispensa de trabalho como toda forma de sua expansão crítica. Permitam-me, esta pequena citação de Marx, dos *Grundrisse*, L. II:

“(...) O mais trabalho deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o *não-trabalho* de uns poucos deixou de o ser para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano.” (228 – 229)

---

<sup>6</sup> A ideia de um capitalismo deformado se agrega na crítica de Francisco de Oliveira, a respeito do capitalismo periférico associado ao ornitorrinco...



Dentro da relação automática entre capital circulante e capital fixo, se detém a diferença específica entre produção de valor e realização/circulação do valor, *ceteris paribus* a discrepância entre valor e preço. Assim, a duração do capital constante tem de ser o número quanto maior de repetições de seus ciclos com um único salário..., a partir do que tanto mais sobra capital monetário em relação a trabalho explorado. Do ponto de vista da consciência do capital (personificada em capitalista) isto é poupança de custos de produção.

A redução do trabalho aqui, não aparece como desvalorização. O caso é que, relativamente, a única forma de ampliar a mais valia é dispensar, relativamente a outro capital concorrente, trabalho. Do ponto de vista do capital social, isso implicaria, na crítica da “grande indústria”, na redução do trabalho a ponto de a mais valia não mais ser a determinação do capital, mas poupar tempo de trabalho necessário, reduzir o tempo de rotação do capital como determinação crítica do capital.

Na composição entre o tempo de circulação e o de produção, a circulação do capital, quanto mais rápida, mais trabalho dispensa relativamente ao que move, por exemplo, de capital constante (máquinas e matérias primas). Nesta contradição entre capital e trabalho, a redução do trabalho necessário não mais compensaria os níveis de investimentos necessários para a sua própria exploração e o tempo excedente – como mais valia – seria residual, devido à diminuta dimensão do trabalho necessário.

A duplicação das forças produtivas seria já uma dívida. O tempo feito nesta, entretanto, contradição interna do trabalho seria, uma dimensão estritamente interna (social) ao valor. Ao mesmo tempo, a sua expansão em investimentos constituir-se-ia determinada, como infraestrutura, isto é, investimentos em forças produtivas, “disposable time”, mas na forma de uma não valorização do valor.

Assim, na expressão de Marx dos rascunhos d’*O Capital* teríamos um “periclitando do trabalho individual perante o trabalho social” (Marx, 1997, L. II, p. 233). Do ponto de vista da crítica, isto teria de incorrer numa negatividade da dialética para consigo mesma, dada a negação da materialidade ontológica que a crítica metafísica deteria, como sua determinação. Para tal, a negatividade histórica é momento da negação material.

### **NEGATIVIDADE HISTÓRICA, SUA CRISE E CRÍTICA**

O sentido de história, pela ontologia do tempo, forma inexorável da dialética, porque remeteria à abertura do sistema da crítica, em se fazendo como momento

conceitual da crítica, só em sua negatividade corresponderia aos termos de sua autocrítica necessária.

Se a história se faz como consciência inexorável do antes ou do depois ao moderno, esta é uma consciência estritamente presente, isto é, do tempo presente que, enquanto tal, põe-se numa contradição nos próprios termos.

A história, mesmo passada ou futura ao moderno, inevitavelmente, só poderia ser forma presente de consciência e, assim, só caberia seu sentido de superação se negada enquanto esta continuidade do antes e do depois. Estar sob o preceito do inexorável histórico como superação do capital, colocaria o problema da positividade de toda forma de crítica, seja prática, seja teórica.

A contradição entre o histórico e o lógico, portanto, é que a ontologia do histórico (aliás como toda ontologia, positiva) não subsiste à negatividade lógica. Ser histórico é não transcender o moderno, mas cuja transcendência é a sua determinação identitária enquanto história. O histórico assim afirmado só faz sentido se, então, negado enquanto tal.

Em cada momento, enfim, uma crítica negativa implicaria no reconhecimento da insuficiência de seus próprios termos enquanto um sistema filosófico da crítica, mas que poria as suas determinações sociais como fundamento de sua crítica material. Aqui, fiquemos nos termos da crítica materialista e sua forma negativa. Por isso mesmo, a forma dialética da crítica, enquanto um sistema, teria de ser moderna.

A inexorabilidade de uma consciência revolucionária estaria dentro dos termos estritamente modernos, já que de revolução se trata mesmo de forma social e não da comunal. É no interior da forma social que, para ser como tal, tem de deter a diferença para consigo mesmo e não para com o outro, que a revolução se torna consciência.

Na forma comunal, a oposição seria expressa pelas guerras comunais – sempre como consciência moderna, assim ditas *comunais*. A identidade comunal é a não transformação para ser comunal e seria a positividade identificada na oposição para com outra comuna. O negativo, assim, seria não ser o outro.

Na forma social, ao contrário, trata-se de colocar a sua diferença para consigo mesma (história), de modo que a oposição (comunal) superada internaliza o negativo, tornando possível, portanto, uma sociedade em que se detenha a sua autodiferenciação

como identidade, a permitir a dialética como crítica, dadas as determinações dialéticas, por ora, sociais.

Haveria de considerarmos portanto, a partir das *Formações econômica pré-capitalistas de Marx* e mesmo de sua *Acumulação Primitiva*, uma história cuja determinação é a ruptura como tempo que significa a prescindibilidade do passado para que capital seja o auto revolucionamento de si mesmo.

Assim, só nesta forma auto revolucionária e, portanto, social, seria possível a consciência de história e de revolução. A dialética se faria, entretanto, como forma de crítica em seu próprio tempo, ainda que sua questão seja a transcendência ou, melhor, a superação deste mesmo tempo. Estar aquém ou além do capital é necessariamente prescindível para que capital seja capital. Nesta medida, a história ou é estritamente moderna e assim se nega, ou é o tempo como ilusão necessária da simultaneidade da contradição capital.

O histórico como momento deste materialismo dialético só teria sentido em sua superação se negado enquanto tal. Não que a isso se saiba o que será, mas que se deteria o limite da própria crítica enquanto forma de sua própria superação.

No interior da temporalidade dialética, o tempo como forma social inexorável, não subsiste em seus argumentos diante da lógica negativa dialética da qual ele mesmo parte, ainda que esteja para afirmar a estrita positividade do ser, do objeto, etc... como a forma física ou fisiocrática necessária da consciência.

Assim, a efetividade social se faz por determinações de objeto e sujeito, desde que este se ponha objetivamente, na sua relação com o objeto. Quanto ao objeto, desde que, enquanto tal, seja a forma de consciência do sujeito, contudo, fetichista, da materialidade física objetiva da mercadoria.

A contradição entre o social e o natural remete, então, à formação de uma consciência como momento do universo do trabalho. Isto porque, diante do que apontamos como uma história logicamente crítica, teríamos uma história estritamente do trabalho, ou não se trataria de história. Superar o trabalho seria uma superação da própria história.

As questões sobre o passado ou o futuro do capital seriam questões modernas e isto forma modernamente o objeto, seja passado ou futuro. Assim, o histórico é uma ruptura para consigo mesmo, dada a insubsistência lógica de sua manutenção apesar da superação

proposta. Temos aqui um reducionismo da identidade estrita entre história e dialética, estruturalismo e fim da história. Justamente por isso, poderíamos encontrá-la problematizada tanto no então considerado estruturalismo e ou na então considerada dialética. Contudo, o problema está no que se constituiria como o espaço lógico da própria crítica dialética.

A crítica considerada dialética estaria assentada na defesa, contudo, afirmativa da história em cuja externalidade a ontologia seria o insuperável de uma história cujo pressuposto é a superação.

Do ponto de vista da contradição da crítica, a ontologia pressupõe um princípio positivo incriticável de que parte para ser crítica. Nesta medida, se criticado, já não mais seria o positivo ontológico. A insubsistência desta ontologia do tempo (da matéria, física e metafísica) também é uma contradição nos próprios termos da crítica puramente ontológica.

Ao mesmo tempo, à esta crítica faltaria o reconhecimento **de que** seus termos (materialismo, histórico e dialético) seriam próprios de seu tempo, de sua forma social. A materialidade, a física: a consciência necessária de uma determinação metafísica. Newton, no século XVI, já criticado por Hegel; e Einstein, no século XX, teriam de ser as formas de personificação deste fetichismo no plano de *a* ciência como verdade positiva do mundo. Como em tantas outras ciências, numa crítica doméstica, vale lembrar a crítica de Milton Santos fundada nesta assertiva positiva de espaço, como herdeira dessa *fisiocracia*.

Neste condizer do pressuposto social da crítica dialética de Marx, entretanto, a forma da crítica dialética seria uma consciência de seu tempo, cujo sentido seria problematizar o fetiche ou os fetichismos, sejam da mercadoria, do capital (fetiche de acumulação), ainda que a determinação fosse a sua superação. Resulta que o espaço lógico da crítica dialética está circunscrito, no seu universo mais externo, à forma ontológica da crítica, ou à forma da crítica à ontologia. Objetivamente, dizemos, esse é o limite a que a crítica dialética acessaria.

A relação da crítica como autocrítica é a diferença entre ontologia e sua negação, isto é, a crítica à ontologia é uma diferença dialética, que compõe uma relação de

necessidade<sup>7</sup> com o ontológico. Em termos das dimensões temporais, pensar na história, pretérita ou futura, é uma inexorabilidade do presente como moderno não superado! Possível na forma auto revolucionária do social.

Nos termos aqui colocados, a crítica dialética, já que na forma da crítica, não estaria superada de toda e qualquer forma positiva de pensamento, porque esta estaria afirmativa ou negativamente posta como o pressuposto da crítica.

O problema seria considerar a dialética como ausência superada da forma positiva de consciência e, assim, contraditoriamente, teríamos uma dialética iluminada da história, da materialidade e de si mesma. Uma razão puramente positiva. Uma contradição nos termos.

Mais uma vez, 20 milhões de camponeses degolados, por sua identidade capitalista, tal qual o judeu alemão, se fizeram como tais em nome de uma história iluminada da superação. As determinações ontológicas dessa via prática –digamos – ainda precisariam ser avaliadas.<sup>8</sup>

Nos tempos atuais... poderíamos nos remeter à ontologia bélica do trânsito nas cidades e no mundo, tão ou mais fatal, em nome da mobilidade humana como consciência da indústria.

---

<sup>7</sup> Seria o caso de pensar a passagem do jovem Marx para o considerado Marx da crítica do valor, determinada por este universo de uma crítica materialista ontológica e da sensibilidade humana, para uma crítica a essa sensibilidade como a forma de consciência a ser superada. Nesse sentido, a natureza do tempo histórico, da matéria, ou mesmo da dialética, estaria aqui como a forma fetichista necessária de consciência. Se isso ocorre em Marx, vejamos do ponto de vista do marxismo, apenas em termos de citação, esta contradição posta em Lukács em *História e consciência de classe e Ontologia do ser Social* que, posteriormente, derivou ao marxismo considerado ocidental, como abordou Perry Anderson em *Considerações sobre o Marxismo Ocidental* em que Althusser, *Pour Marx* e *Ler O Capital* e Henri Lefebvre *La Production de L'Espace* por exemplo, (dentre outros títulos deste último) seriam expressões destes dois momentos (ontológico e crítica à ontologia) do espaço lógico da crítica materialista, enfim. Para Perry Anderson, contudo, isto aparece como a mera vitória do estruturalismo em relação à dialética. Henri Lefebvre e Althusser são as personificações científicas do argumento de Perry Anderson. A diferença para com Lukács é a síntese disto em sua própria obra. De qualquer modo, defendemos que a ontologia do tempo ou da história e a crítica a esta se põem numa relação necessária, mas negativa. Esta levaria à necessidade da superação da própria crítica e de seu próprio método, inclusive porque pela insubsistência do positivo (natural, no caso) a crítica ou é negativa, ou não é crítica.

<sup>8</sup> Lenin seria uma expressão sintética desta contradição da *práxis*, ressaltado tanto por Lukács, *Lenin*, , quanto por Lefebvre, *O pensamento de Lenin*, já citados.

Do ponto de vista histórico, o fascismo ocidental e oriental do capitalismo seriam forma desta contradição da crítica. Nesta medida, as contradições entre o lógico e o histórico teriam de ser uma contradição entre materialismo e histórico que levasse à negação materialista, como forma de superação da crítica. A metafísica, na interioridade do tempo, teria de ser tempo de trabalho, cuja história seria o desenvolvimento das forças produtivas como negatividade da dialética.

### **NEGATIVIDADE DIALÉTICA, SUA CRISE E CRÍTICA.**

As contradições da medida que se realizam a posteriori dos trabalhos individualmente realizados, como média, seria o universo obscuro de toda forma de consciência capital e que levaria à inevitabilidade do desenvolvimento das forças produtivas como sentido e identidade interna do capital.

Se a média se faz a posteriori dos processos efetivados e retroage na determinação do que se repõe ou não como capital, a inconsciência do que é a medida do ser e do não ser capital é inerente e necessária à própria acumulação.

A impossibilidade da igualdade entre preço e valor como a regra, em que a falta de medida (regra) é a medida do capital, põe, tal forma de equivalência, não como um defeito da forma preço, mas “torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra” (MARX, 1988, L I, v. 1, 91).

A acumulação como fetichismo, já que na produção de mais valia não se tem a medida do quanto se produz para ser capital, levaria ao fetichismo do capital. Neste, a acumulação estaria pressuposta e inexorável como ontologia social. Assim, estaríamos diante da passagem do conceito como fetichista, para o fetiche enquanto a universalidade conceitual. Aqui certamente o dinheiro não só iludiria o valor, mas a própria acumulação do valor, ilusão de capital. Estar abaixo da média é a consciência necessária do cálculo “às costas dos produtores”, como expressou Marx em sua negação ao “curso do mundo” de Hegel, na *Fenomenologia*, ao qual, para este último, o espírito nunca dá as costas. Nos termos de Hegel:

O curso do mundo é a consciência desperta, certa de si mesma, que não se deixa atacar pelas costas, senão que dá frente a todos os lados, pois é de tal modo que tudo é *para ele*, que tudo está *diante dele*.” (HEGEL, 1991, 227-228)

Contudo, seria muito necessário dizer, mesmo meramente apontando, que esta contraposição de Hegel a Marx teria de nos levar ao plano de uma negatividade em que mesmo Hegel leva, ao nível do próprio sistema, não se fazendo sua dialética numa panológica, como bem defende Bourgeois Hegel dessa crítica, em *Os Atos do Espírito*.

A crítica de Hegel, na “doutrina da subjetividade”, é uma negação da consciência subjetiva que leva à uma negação da própria relação sujeito objeto, pondo-se o sistema como um todo numa autonegação. Mas isto não é nosso enigma hoje. Destaco aqui que a mera identidade de Hegel com idealismo e Marx com materialismo é muito reduzida para chegarmos no que podemos a respeito dessa contradição titânica.

Em seu livro III, na divisão do lucro e juros do capital, Marx apresenta a situação em que títulos ingleses e escoceses são valorizados, de acordo com a sua desvalorização e/ou necessidade em cada país, a partir de mera viagem de caixa de ouro que, como promessa de pagamento – o dinheiro universal – imediatamente precifica os títulos e não se o requisita para trocar papéis por ouro. O mesmo ocorre quando da queda dos títulos ingleses. A mesma caixa de ouro vai e volta, sem ter sido sequer aberta. (Marx, 1988. L. III, v.5, p. 76)

Ao que pesem as diferenças entre o capital concorrencial e o capital fictício, trata-se da imanência do excedente monetário em relação ao produtivo, constituindo o excedente monetário a forma capital imanente da reprodução social como crise.

Assim, a história do trabalho estaria posta, logicamente, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, como trabalho enquanto força produtiva e, assim, o seu auto revolucionamento.

A objetividade de uma consciência revolucionária se faria numa aproximação a esta forma social de auto negatividade do capital. Contudo, do ponto de vista das categorias do capital e do valor, caberia considerar os sentidos do excedente monetário como forma de socialização, mas que sob o “capital por excelência“ (*Grundrisse*) é desenvolvimento da circulação do dinheiro como força produtiva (*O Capital*, L. III). Esta negativa da produção de valor na crítica do valor de *O Capital*, incorreria na simultaneidade da “queda tendencial da taxa de lucro” e crescimento de capital, em que Marx se contrapõe à forma sucessiva de Ricardo pensar a expansão do capital.

Do ponto de vista da sociedade atual, a creditização generalizada como mediação social...

O crescimento da massa de lucro, entretanto, seria uma determinação da queda da taxa de lucro, em que a massa acrescida estaria, relativamente ao valor que move, reduzida, de modo que sua condição absoluta seria o fetichismo da acumulação que a economia política teria aceito como categoria explicativa.

Não que isto tenha se constituído exclusivamente numa economia do tempo de Marx, digamos. Mas que se repõem formas de economia política como forma de consciência social, cientificamente expressas. O marxismo, certamente não está isento desta atualidade criticável, isto é, não ser a crítica à economia política, mas a economia política, objeto da crítica.

Do ponto de vista do “enigma do capital” de Marx, caberíamos localizar Harvey neste universo, em que não só o imperialismo se renova, com formas de atualização da acumulação por expropriação, como a crise se constitui em a solução da crise, pela mera forma de redistribuição dos capitais acumulados internacionalmente, no caso, a China.

A crítica à economia política, portanto, devém em não considerar esta tendência como imanente e identitária do capital enquanto contradição lógica e histórica. Nesta medida, o enigma estaria não desvendado pela economia política no tempo de Marx, “...desde Adam Smith...” (L. III, v. 4, p 154) em que as diferentes escolas são formas distintas de tentar desvendar o “enigma do capital” (L. III, v. 4). Este consiste na imanência da redução de sua taxa de lucro com sua expansão e que a isso não se trata de solução, isto é, de uma adequação entre lucro e mais valia relativa, mas de superação de seus termos.

Assim, reconhecer essa lei seria desvendar o “enigma do capital” em que a distribuição na forma de renda, salários e lucros, não constituiria uma igualdade simples entre distribuição e produção de valor. A máxima distribuição de valor (só distribui, mas não produz) coincide com a concentração do capital determinado pelo aumento dos custos que redefinem um nível médio mundial mínimo para se fazer como capital.

Nesta medida, o crescimento, tanto do ponto de vista do que se constitui enquanto capital mínimo, como a expansão mundial do capital, devém desta imanência do processo crítico que se realiza como excedente de capital. Nos termos de um capital produtivo se trataria de compreender a expansão do capital variável, mesmo como redução relativa ao capital constante investido para explorá-lo, reduzindo a taxa de lucro, ainda que aumentando a exploração do trabalho.



O enigmático se desfaz, contudo, não como um desventamento histórico iluminado. Ao contrário, a crítica se faz na admissão de um enigma como condição necessária de uma consciência histórica do capital, em que a finitude da forma social teria de levar à negação de seu instrumental de crítica e consciência, mostrando assim, os termos, hegelianamente, de uma finitude lógica da própria dialética... desde sua existência... como identidade dela.

O enigma, estaria assim, na relatividade de seus termos, na expansão da taxa de mais valia com a redução de sua massa relativa, ou mesmo absoluta - revolução microeletrônica (Kurz, Mandel) -. Entretanto, a necessidade exponencial de sua expansão para compensar a redução da produção de valor se põe como mera identidade entre crescimento e acumulação, desconsiderando a identidade dialética entre crise e acumulação. A “lei enquanto tal”, entretanto, determina suas “formas contrariantes” na forma concorrencial de manter-se numa margem de sobre-lucro relativa. Contudo, o sentido histórico enquanto capital se faz por uma redução cada vez maior da máxima do lucro, dada a redução do tempo de trabalho necessário. Essa margem de lucro reduzida, chega do universo do excedente monetário como capital estritamente monetário. Sua expressão externa mais fetichizada seria a substituição da taxa de lucro pela taxa de juros. Assim, as leis contrariantes se fazem como afirmação de uma negatividade que são, enquanto tais, o desenvolvimento das forças produtivas.

O barateamento do capital constante, os mercados excedentes, as trocas internacionais e barreiras alfandegárias, jamais se colocam, do ponto de vista da crítica, como formas que impedem a redução crítica da produção de mais valia, mas se colocam no universo dessa redução na forma da concorrência e reiteram a contradição capital trabalho. Em última instância, a “lei enquanto tal”, sem as suas contrariantes, forma lógica e historicamente o capital. O contrário não seria verdadeiro...

Se aqui o conceito se faz como sujeito, sua sujeição a si mesmo é esta contradição que põe a necessidade lógica de sua negação enquanto forma social, ao mesmo tempo em que negação de uma lógica aproximativa da verdade do mundo. Sua verdade enquanto sistema da crítica é negar-se, entretanto, como verdade. Nesta simultaneidade tem-se crise e acumulação relacionadas à crítica social. Desconsiderar ou resolver a crise, se colocaria, do ponto de vista da crítica de Marx ao capital e n' *O Capital*, como forma da economia política, objeto da crítica.

A passagem da manufatura para a maquinaria e desta para a grande indústria é o de um crescimento contraditório entre crescimento ascendente e queda tendencial da taxa de lucro. A exportação de capital como forma do imperialismo, na tese de Lenin, é a de que o capital da grande indústria se expandiria como excedente de capital e não de mercadorias, como pressupõe Rosa Luxemburgo, do ponto de vista de uma crise pela realização da mais valia. O fim da expansão de mercados consumidores e do não-capitalista, pela expansão da mercadoria, coincidiria com o fim do capital, dada a determinação da realização da mais valia.

Nesta contradição, para Lenin, o capital social como a desigualdade de acumulação entre os dois departamentos da economia, em vantagem para o departamento I, produtor de máquinas, significaria excedente de capital e não de mercadorias, mas como forma de desvalorização do capital. Nesta medida, de acordo com Lenin, o problema estaria na exportação de capital como forma crítica.

A expansão é determinada pela desvalorização que o próprio acumular é.

Claro que diferentemente da passagem para a forma do capital fictício, em Lenin, o imperialismo se põe sob a produção de um valor nos países importadores de capital, isto é, os endividados, como produção de valor que permitiria o rentismo do capitalismo inglês, contraditoriamente industrial, cuja expansão interna são as dos campos de caça, nas antigas terras comunais roubadas como acumulação primitiva (Marx, Liv. I, vol. 1 pp. 251-292).

O próprio primitivo da acumulação é simultaneidade enquanto moderna colonização, em que 300 anos de colonização americana são simultâneos aos mesmos 300 anos da expropriação das terras comunais como formação do trabalho, enquanto revolução industrial que, portanto, não é inglesa, exatamente<sup>9</sup>.

A realização da acumulação primitiva industrial na Inglaterra está na forma da expropriação do que foi a colônia, seu exclusivo metropolitano e suas formas escravistas. Estas assim, tão modernas quanto o que a indústria poderia deter de um argumento moderno estritamente positivo. Talvez ao que tenhamos chegado seria na necessidade de

---

<sup>9</sup> Fernando Novais em sua tese acerca do exclusivo metropolitano nos coloca sob a problematização de uma única acumulação primitiva no universo do capital, de acordo, em nosso ver, com a crítica de Marx nos capítulos XXIV e XXV do livro I.

que uma crítica à periferia devesse se constituir como uma crítica ao capital e não estritamente ao capitalismo periférico.

Assim, do ponto de vista da periferia, a crise posta como o negativo da acumulação seria uma crítica à acumulação, seja centro, seja periférica. A periferia genericamente identificada como uma crise periférica, teria de ser a sua contínua crise, como a simultaneidade da crise, enquanto forma de acumulação do capital mundial que, então, aparece como acumulação só no centro...

A busca de superar as contradições de um capitalismo periférico, em que o primeiro mundo, sob as determinações do tempo industrial médio de produção seria o ideal a atingir – ainda que escravizasse o mundo agrícola com e como essa mediação de centro que acumula-, fundou os sentidos de uma economia política periférica que, em última instância, esteve unida na expectativa de contradições temporais e históricas. O subdesenvolvimento, o atraso, o garrote revolucionário, eticétera, são formas de expressar, enquanto ciência, a economia política como consciência social desenvolvimentista.

As expressões de uma economia política clássica periférica, guardadas as suas distinções neste momento, podem ser postas sob o amparo do desenvolvimentismo da Cepal, por Raúl Prebisch e, no Brasil, por Celso Furtado, onde a teoria do subdesenvolvimento estaria centrada numa incapacidade de uma acumulação endógena, dada pela incapacidade de o setor agrícola não poder se constituir como demanda de uma indústria, então nacional... Hoje nos perguntamos pela crise da agro-indústria das mais desenvolvidas, como a sucro-alcooleira, por exemplo.

Não seria o caso aqui de situar a unidade deste marxismo desde Caio Prado até as teses cepalinas. Ao que pese a importância dessas distintas contribuições, ainda não plenamente reconhecidas, a unidade estaria na possibilidade de uma superação das contradições enquanto formação de um capital nacional. A contradição estaria numa economia política que, contudo, se auto fundaria na “crítica à economia política” de Marx, em que o nacional e o nacionalismo são objetos da crítica e não suas categorias.

Assim, a formação de um pensamento cepalino e, poder-se-ia dizer, desenvolvimentista, não estaria plenamente superada, no marxismo digamos da crítica científica acadêmica, dado o universo nacional não superado por esta crítica, ao contrário,

meramente afirmado. Isso nos coloca na necessidade de pensarmos os limites de nossa crítica nacionalista.

Do ponto de vista, da “grande indústria”, entretanto, certamente não nos localizaríamos numa crítica sob a produção de mais valia imperialista, nos países então colonizados, nos termos de Lenin. Ainda que para este a crítica se faça na identidade entre expansão e crise, o desenvolvimento das forças produtivas no século XX se coloca como o século da passagem do capital produtivo para o da grande indústria, aquele em que todo o processo produtivo é um excedente monetário, dada a dispensa de trabalho que o mesmo precisa ser para circular como dinheiro.

A simultaneidade da crise na forma deste capital monetário se faz como capital fictício na medida em que toda a produção se efetiva meramente como trabalho futuro, ilusão da simultaneidade crítica.

Do ponto de vista do cálculo da acumulação, a socialização concorrencial se dá pela generalização do endividamento. Não que a dívida somente participe agora da forma social capital, mas que não se trata mais de disputar os ou concorrer por cantões de mão de obra, e sim de sermos personificação, como forma jurídica, de acesso a montantes de dívida.

A concorrência se daria pelo direito ao endividamento como forma genérica da sociabilidade. A dívida, assim, é o capital da empresa, aquilo com o que renderá a sua própria renegociação como ganhos monetários, no que a Grécia é o exemplo contraditoriamente clássico da modernização, enquanto Estado nacional: uma Cuba na Europa.

Mas dito em sua generalidade: tem-se a dívida pública, a dívida da empresa e mesmo a dívida pessoal como forma do trabalho em sua crise constituída pela grande indústria. Kurz considerou isto de terceira revolução industrial pela micro eletrônica, cuja forma social capital seria a do “colapso da modernização”.

Nesta determinação contemporânea do trabalho como não-trabalho, do ponto de vista da urbanização social, vivenciaríamos o que Amélia Damiani considerou de “urbanização crítica”, em que a expropriação, ainda que determinante, não resulta em exploração do trabalho. Os projetos urbanos mediados pela considerada expulsão e em nome de uma cidade mais próxima à natureza estão centrados nesta fisiocracia ficcional como atuação de Estados e empresas.

A negatividade identitária da reprodução, entretanto, que estaria sob desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção, problematizar-se-ia com os sentidos da própria crítica do valor. A reprodução social do valor, como simultaneidade da crise, colapso, como teóricos da redução da mais valia ressaltam (Grossman, Robert Kurz, Ernest Mandel, Rosa de Luxemburgo, Lenin, diferenças à parte) põe, ao menos para a crítica do valor, senão para a sociedade como um todo, os sentidos negativos de uma reprodução fundada no valor e sua desvalorização, mas cujo produto e resultado social é a desvalorização como simultaneidade. A paridade entre centro e periferia, enfim, se romperia numa negatividade que atingiria uma negação do próprio sistema ou forma da crítica, enquanto dialética.

Sob a contradição identitária do moderno, segundo Marx, isto é, entre agricultura e indústria, a divisão campo cidade seria a simultaneidade da dispensa de trabalho. Se se tece aqui um brevíssimo panorama da crise, é necessário estar de acordo com Henri Lefebvre (2009) em que viveríamos um “estado crítico”, não estritamente econômico, mas geral, que incluiria uma “crise da crítica”.

Assim, a tese de um novo imperialismo ou de um desvendamento do “enigma do capital”, que põe a crise como mera forma de distribuição do processo de acumulação mundial, é a forma de uma economia política marxista apologética a que Harvey expressa como a crítica marxista internacionalmente aceita, que agrega tanto os investidores como os intelectuais críticos de plantão.

A posição conservadora de Harvey, por exemplo, está em encontrar na produção do espaço urbano, na guerra em volta do poderio do petróleo, formas de acumulação não só que superam temporalmente as crises, aceitando afirmativamente os sentidos do que o próprio autor considerou ser o "ajuste espacial", mas tratou-se de considerar a crise como mero rearranjo de novos pólos de acumulação dando à crise um sentido positivo da crítica.

Nesta medida, aquilo que busca resgatar de Marx, e que dá o título da última obra de Harvey, isto é, o *Enigma do Capital*, ao invés de ser a forma negativa do capital, isto é, sua queda tendencial da taxa de lucro, concomitante com suas formas expansivas, passa a ser a solução para que o capital continue a ser produtivo... Assim situa-se a crise em sua crítica.

Para David Harvey, o enigma da expansão material com a sua fundante redução metafísica, isto é, da valorização do valor, medeia a reposição de uma consciência

enigmática, ainda que para Marx, de quem parte, o enigma de seu crescimento estaria fundado em sua negatividade reprodutora. Nesta medida, o enigma do capital, em Harvey, se coloca como objeto da crítica à economia política já realizada por Marx, ainda que se pretenda como um passo adiante deste, como um pensamento de um tempo em que Marx não teria vivido.

Ao que tudo indica, Harvey, como expoente internacional da crítica marxiana, expressa a forma de uma crítica aceitável, senão digestiva - no sentido de um *reader digest* -, ou mesmo panfletária em prol do capital, em que a justificativa empírica da acumulação passa pela exposição de riquezas absolutas e pessoais e só assim capital financeiro – juros - pode se confundir com crescimento da taxa de lucro.

O enigma desvendado por Harvey é que a crise não faz o menor sentido, embora seja dela a que se propõe a falar.

A crise de um dos ramos agrícolas mais significativos da troca mundial, a realidade agrária brasileira, finaliza, dentre tantas outras *cerejas revolucionárias*, como abertura dialética de sua crítica, resumidas assim as contradições dos movimentos sociais de luta pela terra e outros.

Caberia ainda pensarmos a respeito das teses relativas ao colapso que nos demandam sob as determinações do capital fictício e os termos de sua própria crise. Não bastaria deter no capital fictício a crise do capital produtivo, mas a crise em sua própria ficcionalidade.

A ficcionalização categorial, assim, seria a universalização do fetichismo do dinheiro em sua forma de capital, não mais representando, refletindo valor, mas simulando a produção de valor.

Os fetichismos de segundo grau, entretanto, do capital, nos colocariam diante das determinações de uma ficcionalização real, em que o real é ficcional de uma verdade negativa da crítica, isto é, não chegar a uma verdade seria a identidade de verdade mesmo.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contradição entre preço e valor, no capitalismo concorrencial, seria certo desajuste entre universal e particular, que se faz como identidade da forma valor, como sua medida negativa (a desmedida é a medida). Nesta medida, a forma social produz e realiza o valor.

A questão que fica da teoria do valor, portanto, (não sei se isso é querer muito) é como podemos pensar a crise do capital financeiro, seus termos? Não se trataria mais de nos perguntarmos pelo capital produtivo.

Nos termos da “grande indústria”, fica-nos: o que seriam os limites da regulação pela forma preço, numa contradição capital trabalho em que não se deteria mais valor para representar? A crise do capital fictício, da ficcionalização real, talvez se ampare na negatividade sistêmica em que a dialética materialista, herdeira da hegeliana, tem de se ver.

Muito obrigado pela paciência!

São Paulo, agosto de 2015.

## Referências

- ADORNO, T. *Dialectica negativa*. Trad. José Maria Ripalda. Madrid: Taurus, 1986. (confirmar)
- ALFREDO, Anselmo. *Crítica à economia política do espaço*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2013.
- ALFREDO, Anselmo. Crise imanente, abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica. In: *Terra Livre*. Revista da Associação Nacional de Geógrafos, ano 26, vol. 1, n. 34, jan-jun 2010, p. 37-62.
- ALFREDO, Anselmo. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Annablume, 2013.
- ALTHUSSER, Louis. *Pour Marx*. Paris: Masperos, 1965
- ALTHUSSER, Louis. *Ler O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BOURGEOIS, Bernard. *Hegel. Os atos do espírito*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- DAMIANI, Amélia Luisa. *Espaço e geografia: Observações de método. Elementos da obra de Henry Lefebvre. Ensaio de geografia urbana a partir da metrópole de São Paulo*. Livre Docência (DG/FFLCH/USP), 2008.
- FAUSTO, Ruy. *Dialética Hegeliana. Dialética Marxista. A produção capitalista como produção simples*. São Paulo: Brasiliense/Paz e Terra, 1997.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Origens da dialética do trabalho. Estudos sobre a dialética do jovem Marx*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Marx vida e obra*. São Paulo: L&PM, ano
- GIANNOTTI, José Arthur. *Certa herança marxista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GROSSMAN, Henryk. *La ley de acumulación y del derrumbe del sistema capitalista. Una teoria de las crisis*. Mexico: Siglo XXI, 1979. (colocar o que li).
- HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2012.
- HARVEY, David. *A liberdade da cidade*. Trad. Anselmo Alfredo, Tatiana Schor e Cassio de A. Boechat. In: *GEOUSP, Espaço e Tempo*. Revista de Pós-graduação, n. 26, pp. 09-17, 2009.



- KURZ, Robert. O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise do capitalismo mundial. Paz e Terra, 1993.
- LEFEBVRE, Henri *La production de L'espace*. Paris: Anthropos, 2004,
- LEFEBVRE, Henri. *La pensée de Lenin*. Paris: Bordas, 1957.
- LEFEBVRE, Henri. Da teoria das crises à teoria da catástrofe. Trad. Anselmo Alfredo, Carolina Massuia de Paulo e Thomas Ficarelli. In: GEOUSP, Espaço e Tempo, Revista de Pós-graduação, São Paulo, n. 25, p. 138-152, 2009
- LENIN, Vladimir Ilitch. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. Trad. José Paulo Neto. Revisão com base no original russo Paulo Bezerra, Editor Victor Civita-Abril, 1982.
- LENIN, Vladimir I. Imperialismo. Fase superior do capitalismo. In: LENIN, Vladimir Ilitch. Obras escolhidas. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, Vol. 4, 1986.
- MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação de capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe. Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 LUKÁCS,
- LUKÁCS, Georg. *Para uma Ontologia do ser Social*. tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Scheneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, Georg. Lenin. Um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844. In: FROMM, Erich. O conceito marxista do homem. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- MARX, Karl. O capital. Crítica da economia política. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Khote. L. I a V. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. Elementos fundamentales para la critica de la economia politica. (Grundrisse) 1857~1858. Trad. Pedro Scaron, L. I, II e III, México, Argentina, Espanha Colombia: Siglo Veintiuno, 1997.
- NOVAIS, Fernando A., Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). 7ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira. Crítica à Razão Dualista. São Paulo: Vozes, 1981. (

SPENGLER, Oswald A. G. O homem e a técnica. Lisboa: Guimarães, 1993.